

# CUADERNOS DE MADĪNAT AL-ZAHRĀ' 07

Publicación bianual  
Número 07 // 2010

JUNTA DE ANDALUCÍA. CONSEJERÍA DE CULTURA

Conjunto Arqueológico Madinat al-Zahra

Cuadernos de Madinat al-Zahra es una publicación científica bianual editada por el Conjunto Arqueológico de Madinat al-Zahra, que inició su andadura en el año 1987. Recoge trabajos originales que aborden temáticas referentes a la historia y arqueología de al-Andalus y el mundo mediterráneo dentro del marco cronológico de la Edad Media. No obstante, los consejos de redacción y asesor podrán valorar positivamente la inclusión de estudios que den cabida a otros ámbitos y a una ampliación de los límites cronológicos especificados, siempre que contribuyan a la mejor comprensión del periodo. De igual modo, y de forma ocasional, podrán introducirse secciones monográficas o actas de jornadas o reuniones científicas.

## DIRECCIÓN

**ANTONIO VALLEJO TRIANO**  
Conjunto Arqueológico de Madinat al-Zahra

## CONSEJO DE REDACCIÓN

(Miembros de la Comisión Técnica de Madinat al-Zahra)

### Vocales:

**MANUEL ACIÉN ALMANSA**  
Universidad de Málaga  
**CARMEN BARCELÓ TORRES**  
Universidad de Valencia  
**EDUARDO MANZANO MORENO**  
Profesor de investigación del CSIC  
**RUBÍ SANZ GAMO**  
Directora del Museo de Albacete  
**JUAN SERRANO MUÑOZ**  
Arquitecto

## CONSEJO ASESOR

**PATRICE CRESSIER**  
CNRS, Lyon  
**PIERRE GUICHARD**  
Universidad de Lyon II  
**ESTEBAN HERNÁNDEZ BERMEJO**  
Universidad de Córdoba  
**M<sup>a</sup> ANTONIA MARTÍNEZ NÚÑEZ**  
Universidad de Málaga  
**ALASTAIR NORTLEDGE**  
Universidad de París I  
**VÍCTOR PÉREZ ESCOLANO**  
Universidad de Sevilla

### Edita

JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura

### © de la edición

JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura

Diseño y maquetación: Carmen Jiménez

Diseño de portada: Zum Creativos

Imprime: Technographic

ISSN: 1139-9996

Depósito Legal: SE-8516/2010

Distribución nacional e internacional: 1000 ejemplares



# HABITAT E UTENSÍLIOS NA MÉRTOLA ALMÓADA

Susana Gómez, Lígia Rafael e Santiago Macias

## Resumen

Ciudad de apogeos cortos, Mértola siempre ha vivido a la sombra de Beja y ha emergido únicamente cuando ese centro de poder territorial mostraba signos de debilidad. Así fue durante la segunda mitad del siglo XII, momento en el que la Alcazaba de Mértola experimentó una renovación importante con la construcción de un barrio de viviendas y la reconstrucción de la mezquita. Este auge debemos relacionarlo con la creciente importancia político-militar que la ciudad adquirió en la última fase de dominio islámico, en contraposición con la casi desaparición de Beja. La ocupación del barrio de la Alcazaba se prolongó, por lo menos, hasta una época cercana a la reconquista de Mértola, que tuvo lugar en 635 H./1238 d. C., momento en el que se produjo la destrucción de esta zona de viviendas que pudo ocurrir en un lapso de tiempo relativamente corto, de meses o incluso semanas.

**Palabras clave:** Habitat, urbanismo, almohade.

## Abstract

A city with short lived high points, Mértola lives in Beja's shadow, only emerging when the territory's power centre gives signs of weakening. It was also like this in the second half of the 12<sup>th</sup> century when Mértola's fortified area underwent an important renovation programme (the construction of the fortified area's neighbourhood dwellings and the reconstruction of the Mosque). This was linked to the growing political military importance that the city acquired in the final phase of the Islamic period that was the counterpoint to Beja almost disappearing. The occupation of the fortified area's neighbourhood dwellings will be prolonged until at least an era close to Mértola's Reconquest occurring in 1238 A. D. This was the moment that produced a destruction of this dwelling area that could have happened in a relatively short space of time, of months or even weeks.

**Keywords:** Habitat, town planning, Almohad.

Campo arqueológico de Mértola  
[ susanagomez@sapo.pt ], [ ligiarafael62@gmail.com ], [ santigomacias1963@gmail.com ]

Foi apenas numa fase adiantada (1989/1990) dos trabalhos na alcáçova de Mértola (fig. 1) que os dados referentes às casas do bairro islâmico começaram a ganhar corpo e a permitir as primeiras propostas de leitura daquele conjunto de habitações e das formas de organização internas das casas. Se é certo que até essa altura abundavam os vestígios cerâmicos de uma importante ocupação em época islâmica não é menos verdade que esses elementos eram insuficientes para permitirem uma interpretação de conjunto do bairro, do qual tínhamos apenas elementos dispersos: parte de um pátio, duas alcovas e algumas fossas de saneamento. A compreensão global do sítio durante o período islâmico teve que esperar e só foi possível graças à lenta e gradual revelação de um importante conjunto de casas. Trinta anos volvidos sobre o início dos trabalhos arqueológicos em Mértola temos à vista dezena e meia de casas (fig. 2). Somam-se as certezas sobre a história do sítio na mesma medida em que aumentam as dúvidas e tantas questões estão ainda por esclarecer.

Quem inicia uma visita às escavações é tomado por uma série de questões que não diferem muito das que se colocam a quem ali trabalha:

- Que estruturas são estas?
- De quando data este bairro?
- Como eram as casas?
- Quem nelas vivia e como era o quotidiano das pessoas?
- São estas questões que, acima de tudo, importa esclarecer.

O longo silêncio do registo arqueológico impede-nos de apresentar dados precisos sobre a ocupação da acrópole entre os séculos VIII e XII. Ou seja, grande parte do período islâmico é vista de forma entrecortada. Os dados proporcionados pela arqueologia, até a data, acerca da ocupação do alcácer (séculos X-XI), acerca da vida do arrabalde (abandonado por volta de do terceiro quartel do século XII) e pelos materiais cerâmicos desmentem a ideia de um qualquer declínio mas não são, por outro lado, suficientes para termos uma ideia precisa sobre a evolução histórica do sítio.

Se nos detivermos apenas na *plataforma inferior da alcáçova* (cerca de 2000 m<sup>2</sup> de área) ficamos em presença de dois conjuntos, muito distantes no tempo, que marcam a ocupação do local: o complexo religioso de finais do século V/inícios do século VI (baptistério e criptopórtico) e as obras do último quartel do século XII (bairro e mesquita). Ou seja, do ponto de vista dos vestígios arquitectónicos, temos a nossa atenção centrada em dois pontos: 1) final do século V/início do VI; 2) último quartel do século XII. O que está no meio destas datas corresponde ou a níveis de ocupação, dos quais temos apenas as datas aproximadas de abandono, ou a lacunas ainda por explicar.

## 1. O BAIRRO

Os vestígios que se estendem à nossa frente, no extremo norte da antiga cidade de Mértola, são tudo o que resta de um bairro de várias dezenas de habitações, que outrora ocupou este limite da área urbana (fig. 2). As casas estiveram sepultadas durante muitos séculos, antes da arqueologia as resgatar ao esquecimento. Os seus muros desapareceram quase por completo e a reconstituição das ruas, habitações e modos de vida passaram para a mesa de trabalho dos arqueólogos. O rumor das ruas de outrora cedeu o passo ao silêncio e aos visitantes.

Foi uma vida curta a deste bairro. Os momentos finais da Mértola islâmica parecem ter dado uma especial importância ao limite norte da cidade. O declínio de Beja, e mesmo o êxodo de parte da sua população em direcção a sul, terão estado ligados ao breve apogeu de Mértola. Na segunda metade do século XII um conjunto de obras públicas tiveram lugar na área a que chamamos hoje *zona palatina*. Nelas se incluíram a construção do bairro e o amplo programa de remodelação da mesquita.

O bairro da alcáçova é uma obra notável de planeamento, com um traçado de ruas e a concepção de sistemas de saneamento, que nada têm a ver com improvisos ou com uma qualquer obra do acaso. A rede viária organizava-se, na extensão até agora posta a descoberto, segundo um

esquema definido de forma algo tosca mas onde os eixos delineados em linhas perpendiculares entre si são, ainda hoje, e após as escavações arqueológicas, perfeitamente definíveis. A área habitada era estruturado por duas ruas que delimitavam a alcáçova a norte e a oeste.

Ao todo, e no conjunto das duas ruas, cerca de 86 metros de vias circundavam a área oeste do bairro da alcáçova, numa zona onde as habitações estavam dispostas de modo coerente no aglomerado urbano, de acordo com uma disposição razoavelmente definida e que terá sido traçada antes da construção do bairro. O caso de Mértola parece-nos esclarecedor: o bem organizado sistema de canalizações, fossas, ruas e habitações existentes não é admissível sem a competente presença de um poder capaz de impôr de forma rigorosa o que pretendia. A implantação das casas não é, neste aspecto particular, fruto do acaso ou de atitudes espontâneas. Parece claro que o conjunto urbano da alcáçova foi fruto de um empreendimento concebido de raiz e que passou pelo delinear do seu traçado, a marcação de ruas e a construção de sistemas de saneamento, existentes antes da edificação das casas. É natural que a menção da palavra “ortogonalidade” possa soar exagerada quando olhamos a planimetria do bairro e constatamos a trama sinuosa do adarve 1, pouco consentânea com um desenho feito a régua e esquadro. Ainda assim, é indesmentível que o desenho do bairro foi fruto do acaso e que se não podemos falar de um planeamento rigoroso não é menos verdade que podemos, com toda a legitimidade, referir-nos a uma organização urbana pensada e estruturada com algum rigor.

A pavimentação das vias seguia o mesmo modelo, quer se tratasse de uma rua principal ou de um pequeno adarve. O piso de terra batida, de perfil ligeiramente côncavo, causado pela passagem de várias gerações de moradores, é o principal traço que identifica estas estreitas vias, intensamente utilizadas durante pouco mais de 70 anos.

As ruas eram entendidas como um bem comum, cuja gestão e manutenção a todos dizia respeito. Por esse motivo, as normas referentes à limpeza

das vias públicas eram tão precisas. O que era praticado na Sevilha do século – e que foi recolhido no tratado de Ibn ‘Abdūn, de meados do século XII – não diferia, por certo, daquilo que era familiar aos habitantes de Mértola. Algumas regras parecem decalcadas dos regulamentos municipais dos nossos dias: não deveria deitar-se o lixo ou as imundices nas ruas; não era permitido que as águas sujas das residências particulares danificassem o pavimento das ruas; qualquer dano, antigo ou recente, causado aos bens públicos deveria ser reprimido<sup>1</sup>. Diga-se ainda que cada habitante deveria ocupar-se da limpeza do espaço em frente à sua casa, um hábito que se manteve nas nossas cidades do sul até tempos bem recentes.

Outros autores do período islâmico dedicaram especial atenção à vigilância das ruas, dando indicações precisas sobre a forma de manter a ordem pública, sobre a maneira de utilizar as ruas ou em relação ao modo como os cidadãos se deviam comportar<sup>2</sup>.

## 2. OS SISTEMAS DE SANEAMENTO

Um olhar mais rápido pelas estruturas deste bairro não permite que identifiquemos, de imediato, detalhes importantes do seu ordenamento. Um dos menos visíveis e mais interessantes é o da preocupação com o saneamento, que garantia qualidade de vida aos habitantes e foi desde sempre alvo de particulares cuidados. Vale a pena sublinhar que cada casa dispunha de uma latrina, perfeitamente autonomizada no seio de cada moradia.

Os sistemas de eliminação de águas residuais foram concebidos antes da construção do bairro, não existindo nenhuma discrepância entre ruas, casas e esgotos. O esforço de planeamento a que aludi mais acima tem aqui um dos seus aspectos mais conseguidos.

As soluções postas em prática adaptaram-se à realidade de cada espaço do bairro. Nas zonas junto ao criptopórtico, há muito abandonado, abriam-se caneiros que permitiam a infiltração para dentro daquele reservatório. Duas das habitações (a I e a II,

fig. 3) tinham mesmo uma canalização subterrânea que, de sul para norte, e com uma ligeira inclinação, recolhia sucessivamente os resíduos de uma latrina, de um pátio, de uma cozinha (casa II), de outro pátio e de outra latrina. O caneiro, com uma secção de razoáveis dimensões, garantia o funcionamento deste sistema na perfeição. O sistema mais comum, contudo, era o das latrinas ligadas a fossas abertas no pavimento das ruas. As fossas, construídas pelos proprietários das casas, eram depois cobertas com lajes e com a terra com que as vias se pavimentavam. Por vezes, estes locais de despejo eram abertos no interior das próprias habitações, em zona muito distante da porta.

Sistemas idênticos são reconhecíveis em todos os espaços urbanos do al-Andalus nesta época, das cidades mais modestas às mais importantes. Constituem, para além de um importante elemento para a compreensão das estruturas habitadas daquele período, um precioso auxiliar para o estudo do quotidiano. É nessas pequenas lixeiras, há longo tempo abandonadas e esquecidas, que encontramos restos de alimentação que o tempo não logrou destruir. A revelação do dia-a-dia das populações, dados sobre o clima e os ecossistemas ganham nova dimensão através da análise de ossos e de sementes, de espinhas e de escamas, de conchas e de caroços. No caso de Mértola os elementos recolhidos vieram sublinhar o consumo frequente de carne de borrego e de cabra, a utilização do rio como recurso fundamental, a presença de pomares onde as figueiras surgiam muito à frente de todas as outras árvores.

Sublinhemos ainda mais alguns dados no que respeita ao funcionamento destes sistemas de saneamento: os proprietários eram obrigados a construir e manter em bom uso os seus esgotos<sup>3</sup>, escrevendo-se num tratado de *hisba* (livros destinados à regulação dos mercados mas cujo âmbito ia muito para lá desses limites) do período islâmico, redigido por Ibn 'Abd al-Rawf, que quem escavasse um esgoto na via pública era obrigado a proceder à sua limpeza bem como a nivelar a rua, de forma a não causar incómodo a quem por ali passava<sup>4</sup>. Afirmava ainda Ibn 'Abdūn que não seria permitido às pessoas atirar para a rua lixo e imundices. A vigilância dessas tarefas, adianta outro

autor –Umar al-Garsifī–, cabia ao *muhtasib* ou *almotacé*, devendo a limpeza das latrinas ser executada por cristãos ou judeus, uma vez que se tratava de uma tarefa indigna para um muçulmano<sup>6</sup>.

É provável, e apesar da relativa sofisticação dos sistemas de saneamento, que odores e bicharada indesejáveis por vezes surgissem no interior das habitações. Os tratados de agricultura do período islâmico mencionam indirectamente esta questão, ao fornecerem uma série de receitas para fumigação das casas e que se destinavam a resolver tais problemas.

### 3. AS CASAS

Num mundo em que aos homens estavam reservadas as tarefas da guerra, do comércio ou, simplesmente, do convívio nos locais públicos, fossem eles o mercado, a mesquita ou os banhos, o interior do lar era o espaço quase exclusivo das mulheres. Como em tantas outras cidades da orla mediterrânica, repetiam-se neste pequeno bairro rituais, hábitos e gestos de um ritmo diário condicionado pela execução de trabalhos rotineiros.

Era no interior da casa, no pátio ou na cozinha, espaços íntimos e longe dos olhares indiscretos da rua, que as mulheres de uma família alargada (mãe, filhas, sobrinhas, sogra etc.) preparavam conservas, confeccionavam refeições, teciam ou conversavam. O papel da mulher adquiria contornos tanto de ordem prática como simbólica. Há referências escritas ao facto de a mulher se fazer quase sempre acompanhar no interior da casa por uma pequena bilha de azeite com a qual tanto acendia as lâmpadas como temperava a comida. Ou seja, tratava-se de alguém que, no interior da casa, que proporcionava ao mesmo tempo a alimentação e a luz<sup>7</sup>.

Algumas tarefas tinham, porém, maior relevo. Dentre elas, as que, com maior probabilidade, consumiam mais tempo e mantinham ocupados um maior número de membros da família eram as que se relacionavam com a confecção dos alimentos. Os trabalhos de aprovisionamento (desde a compra de alimentos no mercado ao transporte de água ou de carvão), de preparação e

de cozedura (em casa ou no forno comunitário) prolongavam-se por várias horas. A importância destes actos levou a que, nalgumas casas do bairro, a cozinha tivesse passado a ocupar um lugar independente e de uso exclusivo. Não serviam como local de lazer, de dormida ou para a execução doutro tipo de trabalhos. Nesses pequenos compartimentos, onde por vezes é visível uma separação entre espaços de armazenamento e áreas de fogo (v. plantas das casas I e II: fig. 3), não parece ter havido qualquer outra utilização.

Não é possível reduzir a “casa mediterrânica” a um qualquer e rígido esquema de organização arquitectónica. Mesmo se considerarmos apenas o espaço geográfico do Garb al-Andalus constatamos a existência de uma razoável diversidade de soluções, e cuja destrição básica radica na dicotomia meio urbano/meio rural. No caso das primeiras deparamos com um modelo de casa que parece ter predominado em todos os espaços urbanos do al-Andalus ao longo dos séculos XII-XIII e cuja organização não conheceu grandes variações formais. É evidente que não há dois exemplares de casa iguais e que variações dignas de registo são detectáveis no que diz respeito à área das casas, à regularidade do plano (ou à sua ausência), à qualidade da sua construção (tanto nos cuidados estruturais existentes como no que respeita aos materiais utilizados) ou à aplicação de elementos decorativos.

De qualquer maneira são bem conhecidos os critérios propostos para a definição de “casa urbana”:

- presença de pátio com especiais cuidados de apresentação
- hierarquização dos compartimentos
- módulos de *habitat* divididos em três componentes: compartimento principal e 1 ou 2 alcovas
- presença de uma hidráulica doméstica elaborada (poços, cisternas etc.)
- cuidado com elementos decorativos<sup>8</sup>.

Tal esquema, que faz apelo a um certo requinte no quotidiano, só em parte pode ser aplicado às modestas habitações de Mértola.

Organizadas em torno de um pátio central, verdadeiro coração da casa, as moradias da alcáçova de Mértola dispunham, com pequenas variações, de idênticos compartimentos. As divisões apontam já para uma relativa especialização de funções: um átrio de entrada, um pátio, o salão com a sua alcova, por vezes um espaço de trabalho, quase sempre a presença de uma latrina. Facto a registar, as habitações de Mértola dispõem de cozinhas organizadas em duas áreas com funções bem definidas: uma tinha funções de armazenamento, na outra estava instalada a zona do fogo.

Tratam-se de casas que se organizam em função das tarefas da alimentação<sup>9</sup>, mas onde deveremos ver hábitos que ignoram largamente os sucessivos modelos culturais constituídos (romanos, árabes, cristãos) e se reportam a um modelo mediterrânico comum<sup>10</sup>. Os limites à “paternidade” das casas islâmicas peninsulares – bem como as objecções postas no que toca à suposta mas não provada ligação entre a *villa* romana e a casa islâmica – foram, portanto, já bem definidos<sup>11</sup>, tendo boa parte das intervenções arqueológicas realizadas em anos recentes no al-Andalus comprovado o carácter não-aristocrático, ou mesmo popular, de muita destas habitações. A verdade é que a despeito do cuidado postos nestas habitações a maior parte delas não se enquadra sequer nos critérios operativos para a definição de casa urbana<sup>12</sup>. Em todo o caso, não é menos claro que o estatuto social dos proprietários das propriedades rurais e dos bairros citadinos do al-Andalus almóada era certamente muito diferente.

Esse carácter popular parece-nos ser sublinhado numa Mértola onde as casas não só parecem ter tido áreas relativamente modestas – se comparadas com as dos espaços apalaçados verificados em bairros de outras cidades – como não apresentam qualquer luxo nos acabamentos. Se a civilização urbana era caracterizada, entre outras razões, pela abundância e diversidade dos produtos de luxo<sup>13</sup>, é verdade que a afirmação deve ser suavizada quando falamos de Mértola, onde, pelo menos no que respeita às casas não encontramos as peças arquitectónicas finamente lavradas nem os estuques decorados e pintados presentes noutros locais.

As habitações deste bairro tinham um só piso. Até este momento, nada a nível arqueológico prova a presença de um primeiro andar. Em primeiro lugar, porque nenhum elemento, do ponto de vista estrutural aponta nesse sentido, uma vez que as paredes das casas não têm espessura suficiente para suportar um piso suplementar. Por outro lado, nunca se detectaram blocos provenientes de qualquer derrube que justificassem essa suposição. Há, também, uma total falta de informação arqueológica no que diz respeito à presença de eventuais escadas no interior destas casas.

Eram, por norma, casas encerradas em si, viradas para dentro, de forma a preservar a intimidade dos moradores e, para além da porta, com raras aberturas ao exterior, ao ponto de se dizer que a dominante essencial é a vida privada, o que é causa de que na topografia urbana o espaço público seja o negativo, face ao positivo de espaço privado<sup>14</sup>. As leis eram claras sobre a necessidade de não causar prejuízo a um vizinho, ao abrir uma janela sobre a sua casa ou uma porta face à sua<sup>15</sup>.

A área da casa variava, bem entendido, em função do espaço e do estatuto do proprietário<sup>16</sup>, oscilando as habitações de Mértola entre os 42 m<sup>2</sup> para a mais pequena até agora encontrada e os 160 m<sup>2</sup> para a maior (quadros 1-2). Os princípios organizativos destas casas são também identificáveis noutros sítios arqueológicos peninsulares do período islâmico, ainda que as dimensões das habitações de Mértola sejam mais modestas do que as doutros locais.

Quadro 1. ÁREAS BRUTAS DAS CASAS DO BAIRRO ISLÂMICO

casa I -	79,38 m <sup>2</sup>
casa II -	69,83 m <sup>2</sup>
casa III -	85 m <sup>2</sup> (estimativa)
casa IV -	70 m <sup>2</sup> (estimativa)
casa V -	70 m <sup>2</sup> (estimativa)
casa VI -	65 m <sup>2</sup> (estimativa)
casa VII -	a definir
casa VIII -	42,20 m <sup>2</sup>
casa IX -	160 m <sup>2</sup> (estimativa)
casa X -	63,58 m <sup>2</sup>
casa XI -	63,34 m <sup>2</sup>
casa XII -	89,40 m <sup>2</sup>
casa XIII -	61,88 m <sup>2</sup>
casa XIV -	52,42 m <sup>2</sup>
casa XV -	a definir

Quadro 2. ÁREAS ÚTEIS DOS COMPARTIMENTOS

ÁREAS m <sup>2</sup>	Átrio	Pátio	Salão	Cozinha anexo	Cozinha lareira	Latrina	Armazenamento	Outros	Área total bruta
Casa I	5,08	20,46	15,74	4,81	6,34	3,46	6,43		79,38 m <sup>2</sup>
Casa II	3,06 a) 6,31 b)	12,64	8,52 c) 6,55 d)	1,66	3,47	2,77	2,20	3,18	69,83 m <sup>2</sup>
Casa VIII	2,91	7,92	7,01		3,00 e)		4,28		42,20 m <sup>2</sup>
Casa IX									160 m <sup>2</sup>
Casa X	4,89	8,53	12,71 f) 9,43 g)	1,06	2,92	1,13			63,58 m <sup>2</sup>
Casa XI	4,24	11,43	12,24	0,96	1,80		3,21	5,44	63,34 m <sup>2</sup>
Casa XII	7,9	31,33	19,16	1,50	2,77	2,87			89,40 m <sup>2</sup>
Casa XIII	2,74	11,69	12,35		4,69 h)	1,09	5,25		61,88 m <sup>2</sup>
Casa XIV	5,20	13,20	8,00	1,08	3,70	0,91			52,42 m <sup>2</sup>

ÁREAS ÚTEIS %	Átrio	Pátio	Salão	Cozinha anexo	Cozinha lareira	Latrina	Armazenamento	Outros
Casa I	6,42	25,88	19,91	6,08	8,02	4,37	8,13	
Casa II	4,22 a) 8,71 b)	17,45	11,76 c) 9,04 d)	2,29	4,79	3,82	3,03	4,39
Casa VIII	6,90	18,79	16,63		7,12 e)		10,15	
Casa IX								
Casa X	7,69	13,41	19,99 f) 14,83 g)	1,66	4,59	1,77		
Casa XI	6,69	18,04	19,32	1,51	2,84		5,06	8,58
Casa XII	8,83	35,04	21,43	1,67	3,09	3,21		
Casa XIII	4,42	18,89	19,95		7,57 h)	1,76	8,48	
Casa XIV	9,91	25,18	15,26	2,06	7,05	1,73		

a) Átrio da casa  
b) Átrio do anexo  
c) Salão da casa

d) Salão do anexo  
e) Cozinha sem sub-divisão  
f) Salão A  
g) Salão B  
h) Cozinha sem sub-divisão

Quem vivia no bairro da alcáçova de Mértola? Parece seguro que o bairro terá sido sempre habitado por populações autóctones. As lareiras escavadas no chão, parecem incompatíveis, pelo seu manifesto arcaísmo e carácter local, com qualquer tipo de população exterior a este território.

De igual modo, o persistente reaproveitamento das peças de cerâmica aponta para uma população algo empobrecida, que não se poderia dar ao luxo de adquirir com regularidade novos utensílios. Arqueologicamente, isso é visível nas reparações com gatos, identificáveis em muitos objectos (inclusivé nas pouco dispendiosas peças em cerâmica comum, encontradas nos níveis de abandono das casas do bairro islâmico<sup>17</sup>).

O número de habitantes de cada uma destas casas continua a ser um tópico difícil de resolver, tanto pela falta de documentação escrita específica como pela ausência de dados concretos sobre as formas de organização familiar destes estratos populacionais. O cálculo de quatro habitantes por fogo, tantas vezes avançado para habitações da Baixa Idade Média, está longe de ser uma solução pacífica ou unanimemente aceite.

As casas são mais pequenas do que outras escavadas em cidades do al-Andalus do mesmo período, o que deixa talvez antever a exiguidade do espaço disponível. O modelo das habitações segue, a uma escala modesta, os padrões das casas urbanas de então, sendo interessante notar que se conjugam aqui a cópia de modelos sofisticados com soluções que são próprias ao meio rural. Frise-se, em particular, a presença das lareiras escavadas no solo das cozinhas, uma prática corrente nas habitações das zonas de serra e que parecem pouco consentâneas com a ideia de “palácio”. Tem-se a percepção que, do ponto de vista social, as casas deste bairro implicam alguma capacidade de investimento, mas também não é menos certo que a sua simplicidade, tanto em termo de área das casas como no que se refere aos acabamentos, exclui a possibilidade dos moradores pertencerem à elite local. Estaremos, talvez, na presença de uma classe de pequenos mercadores e artesãos, se se preferir daquilo que designamos hoje em dia como “classe média baixa”.

#### 4. TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

As formas de construir são sensivelmente as mesmas em todas as habitações, constituindo a característica mais marcante o emprego de técnicas familiares a toda a área mediterrânica (como a taipa e o adobe) e cujo uso se prolongou praticamente até aos nossos dias, em particular nos territórios mais arcaicos da zona Sul de Portugal.

Vários elementos de ordem técnica são de destacar. O primeiro tem a ver com a inexistência de fundações (ou pela sua extrema fragilidade) nestas casas<sup>18</sup>. As paredes das habitações de Mértola assentavam sobre um pequeno alicerce, erguendo-se os muros em alvenaria até uma altura de 50 cm no interior das habitações. Por vezes, estreitas divisórias em adobe separavam interiormente os compartimentos.

Os adobes, raros noutras regiões, aparecem aqui com relativa regularidade. Este material tinha, no período islâmico, uma clara marca de austeridade ou mesmo de uma certa pobreza. Contase que quando Abū l-‘Abbas ‘Abd Allāh b. Ibrāhīm b. Aḥmad b. Muḥammad b. al-Aḡlab subiu ao poder em 289 H./902 d.C., inaugurou uma administração justa, benéfica e liberal, não tendo querido morar no alcácer de seu pai, em Tunis. Comprou para sua morada uma casa construída com adobes<sup>19</sup>, numa evidente atitude de despojamento.

Os pavimentos das casas deste bairro são um dos elementos que mais nos ajudam a caracterizar, do ponto de vista sócio-económico, os habitantes que aqui viveram. Em nenhum dos compartimentos identificados se verifica a existência de revestimentos luxuosos em mármore ou de azulejos, mais próprios de uma área palatina. Não se põe a hipótese de terem sido arrancados uma vez que em todas as casas são visíveis, pelo menos parcialmente, os pavimentos originais.

Os pavimentos das diversas casas apresentam, por sua vez, alguma diferença entre si, podendo-se distinguir quatro tipos.

Os salões principais tinham, quase sempre, um piso argamassado, solução que nunca se utilizava

nos pátios, cozinhas e latrinas. A esta argamassa era adicionado um pouco de almagre, o que lhe conferia um ligeiro tom rosado. Os salões das casas I, II, IV, VIII, IX, X, XI e XII foram pavimentados desta forma. As lajes de xisto eram utilizadas indistintamente em vários compartimentos, surgindo também a pavimentar pátios centrais (casas VIII, IX, XI e XIII).

As tijoleiras eram a opção favorita para revestir os pátios (um dos sítios mais importantes no contexto da casa – é óbvio que a escolha da tijoleira tem a ver com o facto de se tratar de um compartimento descoberto e sujeito tanto à acção da chuva como dos raios solares -), embora pudessem ser também utilizadas nos anexos das cozinhas (casa I/2) ou até nas latrinas (casa I/4).

Finalmente, mencione-se a omnipresente terra batida, usada em qualquer casa desta região praticamente até à actualidade. Parece ser a solução preferida para pavimentar as cozinhas ou até o salão de uma casa aparentemente mais pobre (casa III/6).

A cobertura das casas deste bairro obedecia aos princípios até há poucos anos utilizados na arquitectura tradicional da região. Disponham-se primeiro os caibros em madeira de modo transversal, para que um dos extremos assentasse na parede virada ao pátio e o outro no muro exterior da casa. Em princípio, as paredes do interior da casa eram mais baixas que as exteriores. Garantia-se assim a inclinação do telhado para dentro, o que permitia rentabilizar o armazenamento da água da chuva.

Aconselhava-se, de modo explícito, que se usasse de preferência madeira antiga na construção das casas<sup>20</sup>. Sobre esses barrotes eram de seguida alinhadas e pregadas as canas sobre as quais se disponham finalmente as telhas (invariavelmente de canudo). Não é certo que tenha existido uma diferença de coberturas em açoteias para as regiões do Sul e de telha para áreas setentrionais, uma vez que as telhas foram, nesta região, de uso generalizado<sup>21</sup>.

## 5. OS UTENSÍLIOS

Ao longo de 30 de escavações no Bairro Almóada da Alcáçova de Mértola, foram recolhidos inúmeros fragmentos e centenas de peças em cerâmica, vidro, osso ou metal, completas ou factíveis de serem reconstituídas. Mesmo assim, estamos muito longe de conhecer, na sua totalidade, a utensilagem utilizada na época almóada em Mértola. Isto não é apenas resultado das interferências na estratigrafia do cemitério da Baixa Idade Média, ou da falta de conservação dos objectos fabricados em materiais degradáveis, ou, ainda, da deslocação dos objectos de maior valor e/ou menor peso pelos habitantes do bairro em fuga, ou pelos saqueadores das casas já abandonadas. A variedade de objectos documentados para este período é enorme, facto que verificamos nos distintos pontos de Mértola onde encontramos níveis do final do domínio islâmico da cidade, mas, mesmo assim, muitos dos objectos mais requintados da época estão ausentes no registo arqueológico deste espaço, em concordância com a modéstia que caracteriza as habitações.

Tentativas de organizar o espólio em função do espaço onde foi recolhido dentro das casas, ficaram à partida limitadas pelo diminuto volume (entenda-se proporcionalmente) de objectos encontrados *in situ*, e pela absoluta ausência de achados em muitas das habitações. A casa II conservava o espólio mais avultado (fig. 3). Sete painéis espalhavam-se por quase toda a casa (átrio de entrada, pátio, cozinha, espaço de armazenamento e área de trabalho) embora não deixe de ser significativo que nenhuma se encontrasse no salão ou na latrina. Na cozinha encontraram-se também uma talha, um pequeno alguidar com três pés, um jarrinho, uma tampa de tigela e uma braseira. No pátio foram também abandonadas uma caçoila com aplicações verticais, mais uma braseira, duas jarrinhas e um cântaro de gargalo estreito. Na área de trabalho encontrou-se uma candeia de pé alto, e no átrio apareceram uma bilha vidrada em melado, mais uma tigela e uma caçoila com perfil de tigela. É desproporcionadamente diminuto o volume de loiça de mesa, se comparado com a quantidade de objectos desta categoria que conhecemos no bairro. Também notamos a ausência de grandes cântaros

que em outras casas encontramos em grupos de dois ou três (casa XII). Estas são algumas das observações que nos levam a considerar que uma avaliação mais precisa do espólio familiar da Mértola almóada não pode ficar circunscrito aos materiais abandonados nas habitações.

Desde o primeiro trabalho sistemático sobre materiais cerâmicos de Rosselló Bordoy, as classificações da cerâmica no al-Ándalus adoptaram critérios funcionais<sup>22</sup>. No que diz respeito a outros materiais, foram ensaiadas classificações semelhantes<sup>23</sup>. É funcional o critério que adoptamos para expor os utensílios encontrados nos níveis almóadas de Mértola, independentemente dos materiais em que foram executados.

### 5.1. VASILHAME DE ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE

Nas casas do bairro almóada de Mértola, uma parte significativa do vasilhame destinava-se ao armazenamento de mantimentos. Talhas e potes em cerâmica de todos os tamanhos serviam para guardar e conservar os alimentos em sal, secos, embebidos em azeite, mergulhados em mel ou em farinha.

A água ocupava um lugar próprio e privilegiado dentro da casa, num compartimento quase sempre aberto ao pátio. A grande jarra ou talha que a continha, estava defendida, com motivos apotropaicos, dos maus-olhados e outros malefícios. A frescura era assegurada pela própria água que ressumava pelo bojo poroso e que escorria para um suporte de onde era novamente recolhida. A tipologia é pouco diversificada, com quatro variantes definidos pela presença ou não de asas e pela forma do colo<sup>24</sup>. Quase todas as casas do bairro proporcionaram uma talha que, em geral, guarda uma certa proporção com as dimensões da habitação. Salvo raras excepções, as peças ornamentam-se profusamente com motivos estampilhados, diferenciando-se das encontradas em vivendas datáveis em períodos anteriores.

O apreciado líquido tinha de ser transportado até à habitação em cântaros bojudos, de duas asas e

colo mais ou menos estreito conforme os tipos<sup>25</sup>. Jarras, jarrinhas, púcaros e bilhas, que em época almóada adquiriram uma enorme diversidade tipológica e ornamental, distribuíam a água para a higiene doméstica, para beber ou para cozinhar. Para as deslocações, era usado o cantil de cerâmica<sup>26</sup>.

### 5.2. UTENSÍLIOS DE COZINHA

Os artefactos de cozinha constituem o conjunto mais abundante. Algumas formas com origem no período omíada continuam a estar presentes na tipologia almóada que se diversificou bastante. As panelas apresentam cinco grandes tipos, algum deles com variantes, sendo as globulares e as de corpo troncocónico as mais características do final do domínio muçulmano na cidade<sup>27</sup>. Pequenos púcaros serviam para aquecer e ferver água ou leite. As caçoilas eram utilizadas para fritar peixe ou carne ou para manter a fogo lento os mais variados guisados. Na época almóada, acentua-se a presença desta peça, ao mesmo tempo que se diversificam as suas formas que agrupamos em cinco grandes tipos<sup>28</sup>. Testos de barro ou simples tampas improvisadas com uma pequena laje de xisto auxiliavam a loiça de ir ao fogo. Alguidares de diversos tamanhos serviam para amassar o pão, temperar as carnes de conserva (os de paredes abertas) e mesmo para lavagens (os de paredes verticais). Para além das cerâmicas, apenas algumas facas de ferro podem ser enquadradas neste grupo.

### 5.3. VASILHAME DE MESA

Na época almóada, multiplica-se a tipologia de formas da loiça de mesa. No bairro da alcáçova de Mértola encontramos diversos tipos de tigelas, terrinas e taças de cerâmica destinadas a servir as iguarias<sup>29</sup>. As grandes tigelas estreitam as bases anelares sobre as quais assentam e os corpos fortemente carenados ganham protagonismo. Apenas encontramos um exemplar deste tipo de objectos em bronze, que pela sua esmerada decoração cinzelada indica um uso privilegiado na mesa (fig. 4). Algumas destas formas abertas, profusamente decoradas, tinham tampas

hemisféricas a condizer, para conservar a temperatura dos guisados.

Bilhas, garrafas e jarros de diferentes feitios serviam para conter e decantar bebidas, enquanto as pequenas jarrinhas de duas asas eram usadas para levar directamente à boca.

Eram raros os recipientes de uso individual; os alimentos e bebidas serviam-se em vasilhas de uso colectivo. No entanto, em finais da época almóada, começa a ser frequente o uso de taças e copos individuais, tanto de cerâmica como de vidro.

Nesta loiça de mesa, dominam os vidrados verdes e melados, ornamentados sob o revestimento vítreo com pequenos temas estampilhados no interior das tigelas, ou com motivos incisos no exterior, tanto em terrinas e taças como em formas fechadas. A bicromia manifesta-se em temas em manganés sob o melado ou em alguns objectos de requintada loiça e vidro dourados. A exuberante policromia das cordas secas totais do século XII empalidece nos primeiros decénios do século XIII, quando apenas encontramos alguns exemplares de verde e manganés almóada.

Entre as formas fechadas, o vasilhame em corda seca parcial torna-se menos frequente nas derradeiras décadas do domínio muçulmano, expressando motivos mais sóbrios e em menor número de registos.

#### 5.4. OUTROS OBJECTOS DE USO DOMESTICO

Outros recipientes tiveram funções relacionadas com a higiene pessoal, como por exemplo os alguidares para abluções matinais e os bacios, que são praticamente os únicos objectos que se ornamentam em corda seca total no final de ocupação muçulmana<sup>30</sup>. Numa das latrinas do bairro encontramos, sobre o pavimento, um pequeno alguidar de paredes verticais e o respectivo cântaro para água. Foram recuperados vários fogareiros e braseiras, uma delas em ferro, utilizados para cozinhar no pátio ou para aquecer o interior da casa no Inverno. Por vezes, eram reutilizadas simples vasilhas partidas para recolher as brasas<sup>31</sup>.

#### 5.5. FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS

Neste grupo contam-se alguns instrumentos e utensílios destinados não só a actividades domésticas, como artesanais permitindo-nos conjecturar certas actividades diárias dos homens desta comunidade e os afazeres das mulheres no seu espaço familiar. O grupo mais significativo de ferramentas e utensílios relaciona-se com a tecelagem, com a confecção de vestuário ou de artigos em pele, onde podemos identificar pesos de tear, algumas agulhas de grandes dimensões para coser couro, tesouras, tempereiros, pontas de fuso, dedais de albardeiro, torres de roca de vários tamanhos, cossoiros em cerâmica ou osso trabalhado.

Destacam-se alguns alcatruzes<sup>32</sup>, trempes de enforamento, martelos, picadeiras e dois cadinhos de ourives que serviram para fundir prata<sup>33</sup>. Foram também recolhidas algumas ferraduras, uma das quais, depois de temporariamente cravada no casco de uma cavalgadura, foi escondida na soleira da porta de entrada de uma das casas do bairro, onde certamente afastou as invejas e o mau olhado, hábito que se mantinha até há pouco tempo no nosso mundo rural.

#### 5.6. OBJECTOS DE ILUMINAÇÃO

Entre os muitos objectos recolhidos na alcáçova, destacam-se largas dezenas de candeias de cerâmica de fundo plano ou de pé alto<sup>34</sup> e um candil de bico comprido de metal, ao qual estão associados espevitadores e pequenas tampas (fig. 5). Para iluminar espaços descobertos ou transportar, eram utilizadas lanternas de cerâmica que, embora pouco habituais, aparecem em algumas casas do bairro<sup>35</sup>.

#### 5.7. ARMAS E OBJECTOS BÉLICOS

São mais de uma centena os artefactos que podemos relacionar com o armamento e outros artefactos bélicos (fig. 6). Podemos ordená-los em três séries: pontas de flecha, pontas de lança e ponteiras<sup>36</sup>. Nas pontas de flecha incluem-se todas as lâminas de pequena e média dimensão que, pelas suas

características poderiam ser utilizadas numa flecha de arco, como virote de besta ou como ponta de dardo. Na categoria de pontas de lança incluímos apenas as lâminas facetadas de maior dimensão. A ponteira é uma peça metálica cravada na ponta do dardo e que será lançado à força de braço.

Neste conjunto de materiais incluímos também duas charneiras de besta em osso. A documentação europeia refere a utilização da besta já no século X, mas o seu uso só começa a ser difundido a partir do século XI, generalizando-se apenas a partir do século XII, quando na Península Ibérica é feita a primeira atestação de corpos de besteiros. A charneira ou noz de besta, alojada na coronha, ajudava a premir o gatilho.

#### 5.8. OBJECTOS DE USO RITUAL E LÚDICO

Os habitantes do bairro da alcáçova apesar de, certamente, serem bons muçulmanos, ocupando os seus tempos de lazer de forma criativa e no convívio familiar, não deixavam também de praticar alguns jogos de azar (fig. 7). Para além dos tabuleiros de Gamão, do Jogo do Galo e de Três Em Linha, foram recolhidos vários dados em osso. Como instrumentos musicais destacamos vários fragmentos de possíveis flautas. Até a data, não foram localizados fragmentos de tambor, instrumento musical frequente em outras estações arqueológicas do Garb al-Andalus. Podemos, eventualmente, questionar a sua presença em horizontes estratigráficos almóadas, visto que os exemplares encontrados em Silves<sup>37</sup> e em Alcouthim<sup>38</sup> apareceram em contexto mais antigos.

Alguns objectos estão intimamente ligados às crenças populares como os amuletos em chumbo com frases do Alcorão ou a mão de Fátima em osso para pendurar ao pescoço.

#### 5.9. OBJECTOS DE USO PESSOAL E ADORNO

Os objectos de adorno ou artefactos de uso pessoal, pela sua qualidade e decoração, são muitas vezes a única forma de constatar na mulher alguma diferenciação social (fig. 7).

Desde a simples pulseira de bronze ao mais sofisticado anel de ouro com pedra encastada, desde a mais vulgar presilha à fivela de cobre dourado finalmente cinzelada, é bastante diversificada a colecção de joalharia de época islâmica de Mértola. Entre outros artefactos destacam-se os brincos de várias formas e feitios, que sempre fizeram parte obrigatória do adorno feminino. Também aqui é bastante grande a variedade, indo desde a simples argola de cobre ou bronze, até ao brinco de prata formado por uma argola e uma conta de vidro ou esfera, lisa ou trabalhada.

Neste conjunto de peças metálicas destacam-se as hastes de fechaduras, por vezes revestidas com esmaltes policromos, de pequenas arquetas, profusamente decoradas e que parecem fazer parte do espólio das famílias mais abastadas.

### 6. CONCLUSÃO

Cidade de curtos apogeus, Mértola vive à sombra de Beja e emerge quase só quando o centro de poder do território dá sinais de enfraquecimento. Assim foi, também, na segunda metade do século XII quando a alcáçova de Mértola conheceu um importante programa de renovação, a meio caminho entre o que hoje classificariamos como um loteamento (as obras do bairro) e o investimento público (a renovação da mesquita).

Talvez seja exagero reivindicar para Mértola o estatuto de “cidade marginal” mas não devemos deixar de frisar que ela apenas assume relevo e papel “centralizador” – a palavra é, certamente, demasiado ambiciosa para um controle territorial tão modesto – em momentos de crise. É também por esses motivos que a história da cidade permanece, sobretudo para as épocas mais recuadas, em boa parte por desvendar, não obstante o seu inegável peso económico e a sua importância estratégica.

Um dos momentos de maior visibilidade de Mértola, pelo menos em termos arqueológicos, ocorreu apenas na fase final do período islâmico, quando teve lugar a construção do bairro de que

temos vindo a falar, que se sobrepôs às estruturas dos séculos V-VI.

Espaço urbano de vida efémera, pode a arqueologia identificar dados decisivos sobre aspectos construtivos, sobre o quotidiano das populações ou os utensílios de que se serviam. Puderam também as escavações determinar o princípio e o fim da existência do bairro:

Em primeiro lugar, a sua construção, ocorrida na segunda metade do século XII. Mértola conheceu, nesse período, uma curta época de apogeu, que se traduziu, um pouco depois dos meados desta última centúria, nas obras de remodelação da mesquita e no programa de reforço das muralhas. É provável, como já se referiu, que a realização deste programa urbano possa estar ligado à crescente importância político-militar que a cidade adquire na derradeira fase da islamização e que é o contraponto ao quase desaparecimento de Beja.

Em segundo lugar, a ocupação do local ter-se-á prolongado, pelo menos, até uma época próxima da reconquista de Mértola, ocorrida em 635 H./1238 d. C. No estrato correspondente à destruição das casas, para além de um abundante espólio cerâmico de tipologia almóada, foram encontrados em vários pavimentos, e sob o telhado derrubado, diversos numismas portugueses dos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, aí caídos em data simultânea ou próxima do abandono do bairro. A manutenção de um comércio, eventualmente algo debilitado, entre áreas definitivamente cristianizadas e as que ainda se encontravam na zona de influência mediterrânica, parece-nos hipótese provável. No entanto, o espólio registado nos níveis de abandono denota uma riqueza ornamental e perícia técnica

menor do que nos exemplares dos níveis atribuíveis ao século XII, certamente, reflexo de algumas dificuldades económicas e de distribuição de produtos nas décadas finais de domínio islâmico, justificáveis pela posição fronteiriça de Mértola e pela ameaça dos cavaleiros cristãos.

Em terceiro lugar, os telhados caídos sobre os pavimentos denunciam uma destruição desta área habitacional que pode ter ocorrido num espaço relativamente curto, de meses ou mesmo semanas. Nalguns casos, a queda abrupta dos telhados e muros sepultou por alguns séculos peças cerâmicas completas. O estado em que estavam alguns materiais, esmagados sobre o solo dos vários compartimentos e com as telhas caídas sobre si, deixa mesmo antever um abandono rápido desses locais. A morte deste bairro está perfeitamente datada na época da Reconquista, sendo praticamente certo que, de forma irreversível, a zona da Alcáçova perdeu funções habitacionais na quinta década do século XIII.

A necrópole cristã que se instalou mais tarde nestes terrenos foi, conforme mencionámos, simultaneamente um factor de destruição e preservação das estruturas arquitectónicas destas habitações. Constitui, em todo o caso, elemento de profunda perturbação na leitura das estratigrafias, quase sempre anuladas pela abertura de covas para deposição dos corpos. Se, nalgumas zonas, a área de inumações não destruiu totalmente os muros e pavimentos das habitações, noutras as covas foram abertas no chão dos pátios e salões das casas abandonadas ou interferindo directamente com o pavimento das ruas. Noutros sítios, a intervenção do espaço mortuário foi mais radical, tendo a abertura das fossas para inumação destruído todos os níveis arqueológicos praticamente até às estruturas da Antiguidade Tardia.

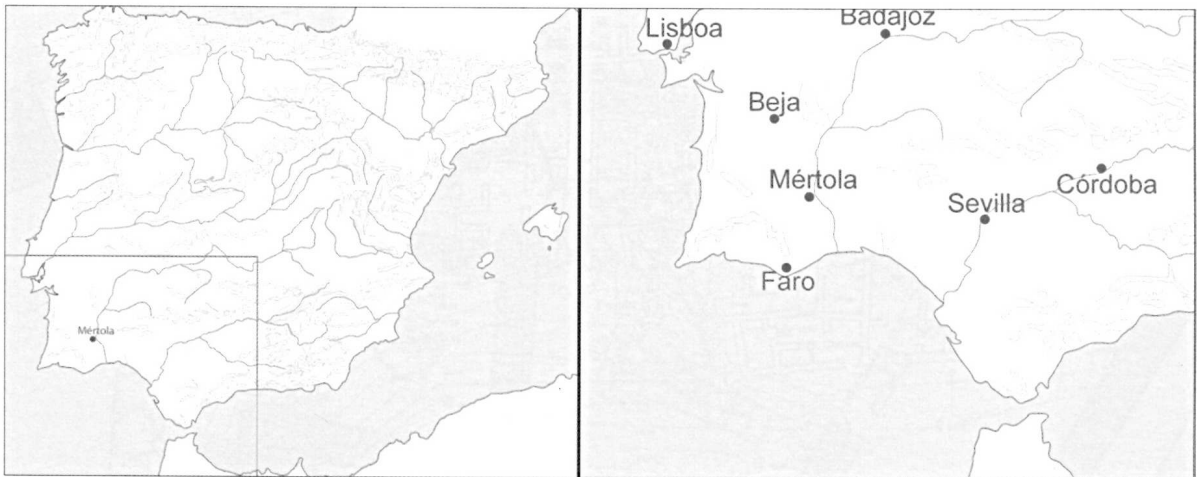


Fig. 1. Mapa de localização de Mértola.

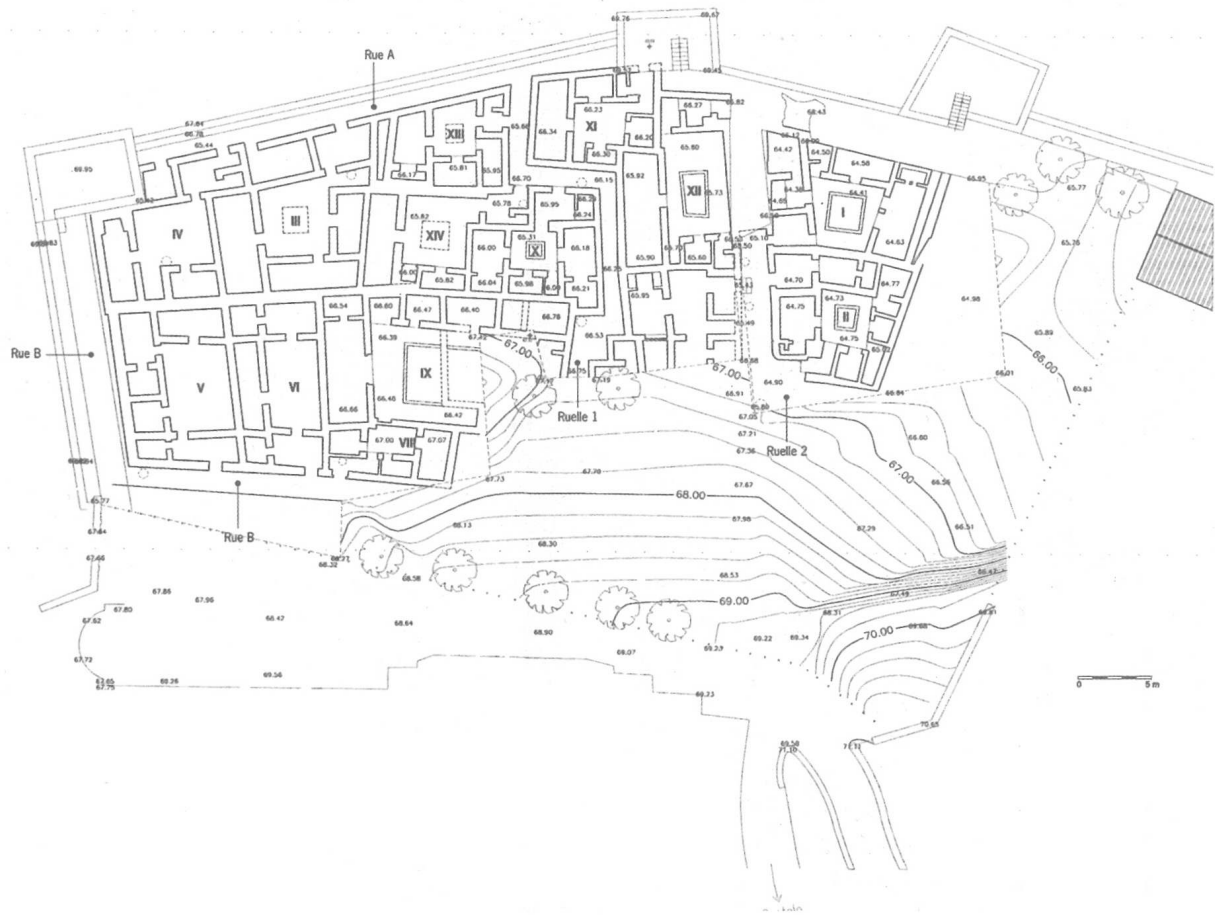


Fig. 2. Planta do bairro almôda da Alcáçova de Mértola.

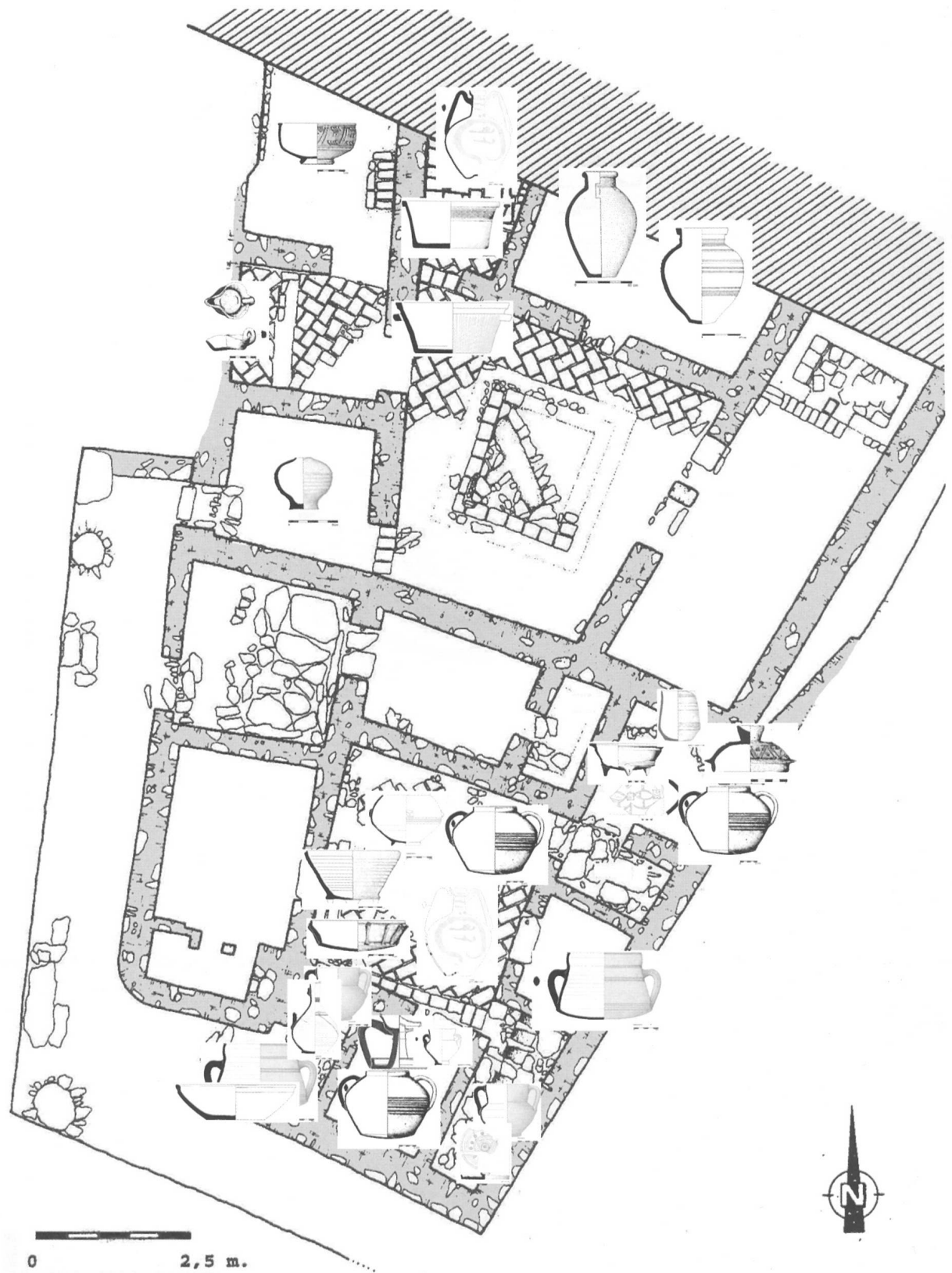


Fig. 3. Planta da Casa I e da Casa II.

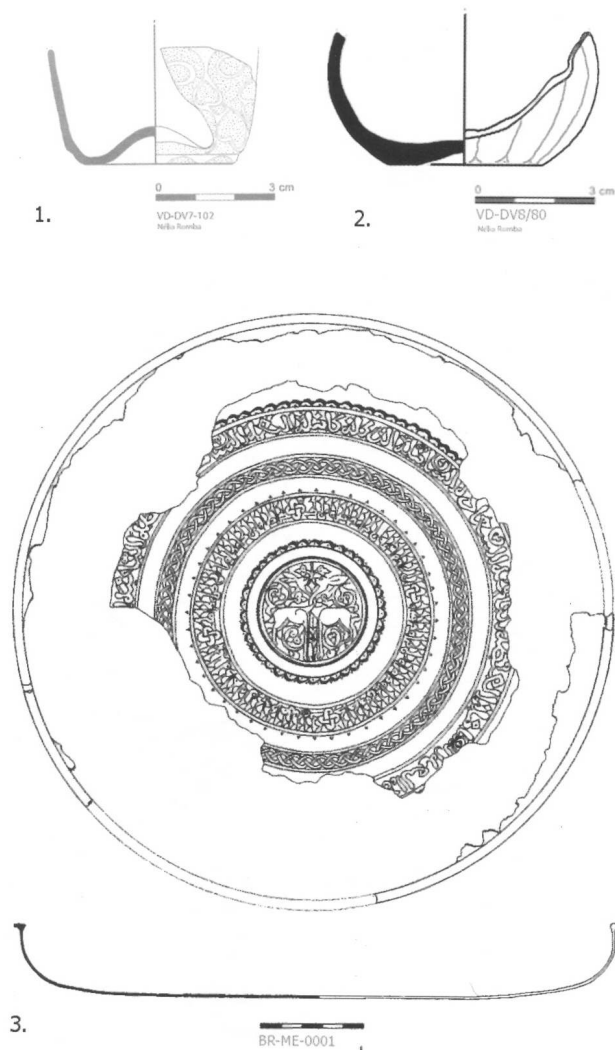


Fig. 4. Vasilha de mesa em vidro e bronze. 1. VD-DV7/102 – Fragmento de copo de vidro (séc. XII). 2. VD-DV8/80 – Fragmento de frasco de vidro (séc. XII). 3. BR-ME-0001 – Prato de bronze (séc. XII).

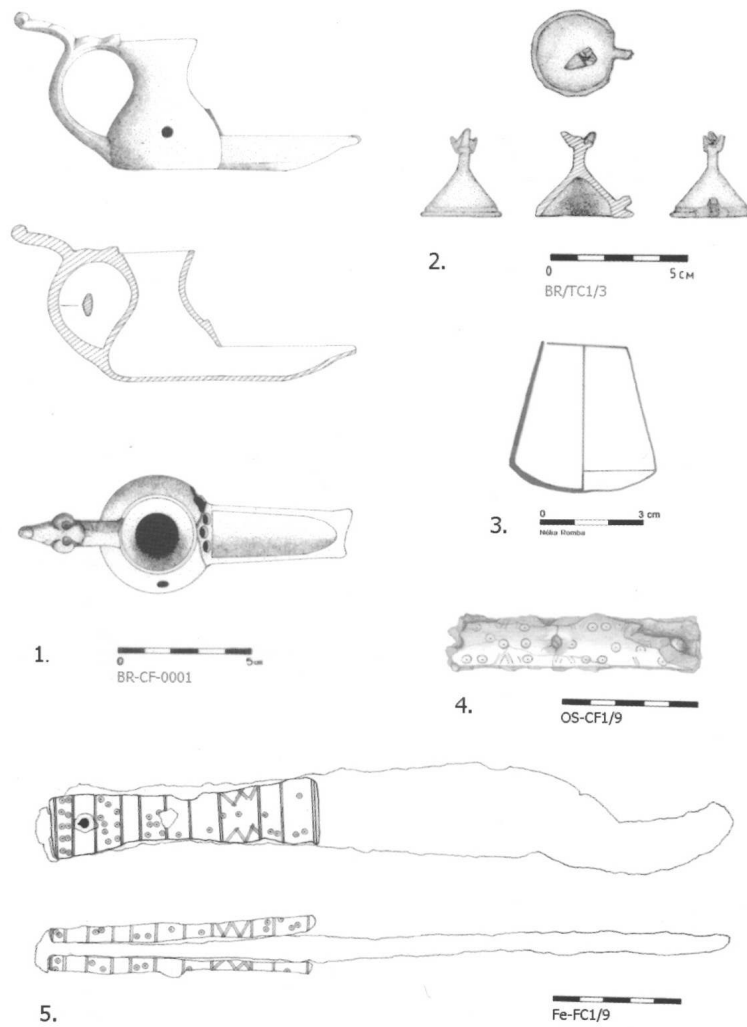


Fig. 5. Objectos de iluminação e uso doméstico. 1. BR-CF-0001 – Candil de bronze (séc. XII-XIII). 2. BR/TC1/3 – Tampa de candil de bronze (séc. XII-XIII). 3. Tinteiro de bronze (séc. XII-XIII). 4. OS-CF1/9 – Cabo de faca de osso (séc. XII-XIII). 5. Fe-FC1/9 – Faca com cabo de osso (séc. XII-XIII).

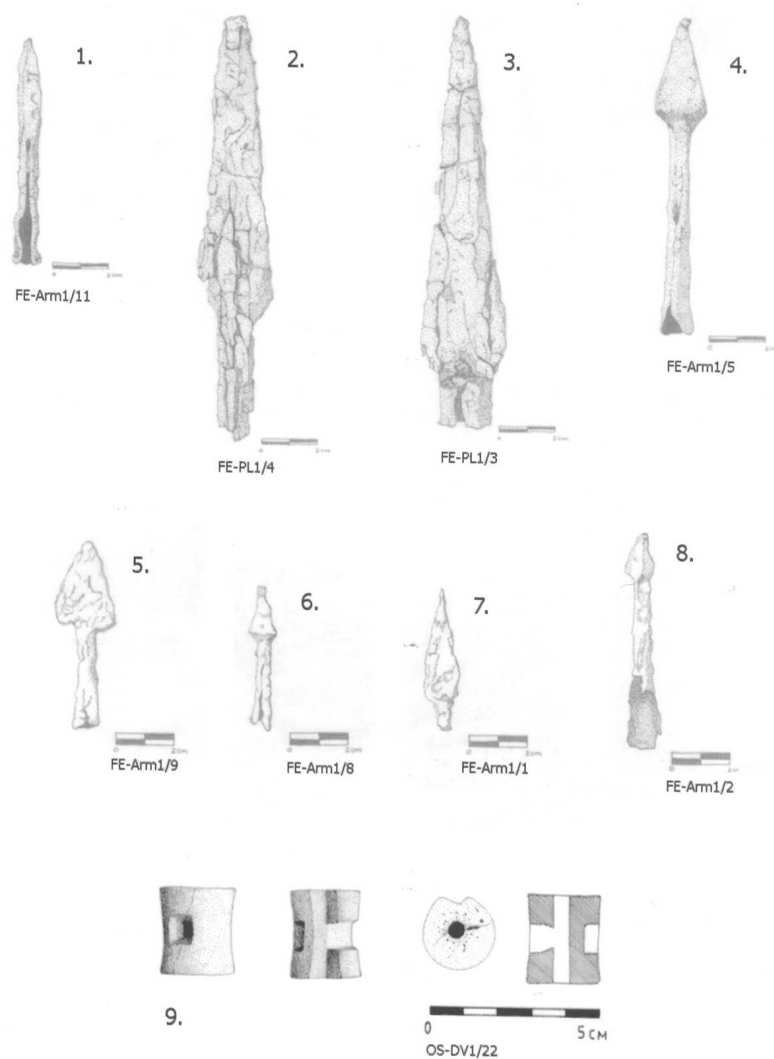


Fig. 6. Ferramentas, armas e objectos bélicos. 1. FE-Arm1/11 – Ponta de flecha de ferro (séc. XI). 2. FE-PL1/4 – Ponta de lança de ferro (séc. XII-XIII). 3. FE-PL1/3 – Ponta de lança de ferro (séc. XII). 4. FE-Arm1/5 – Ponta de lança de ferro (séc. XII-XIII). 5. FE-Arm1/9 – Ponta de flecha de ferro (séc. XII). 6. FE-Arm1/8 – Ponta de flecha de ferro (séc. XII). 7. FE-Arm1/1 – Ponta de flecha de ferro (séc. XI). 8. FE-Arm1/2 – Ponta de flecha de ferro (séc. XII-XIII). 9. OS-DV1/22 – Noz de besta de osso (séc. XII-XIII).

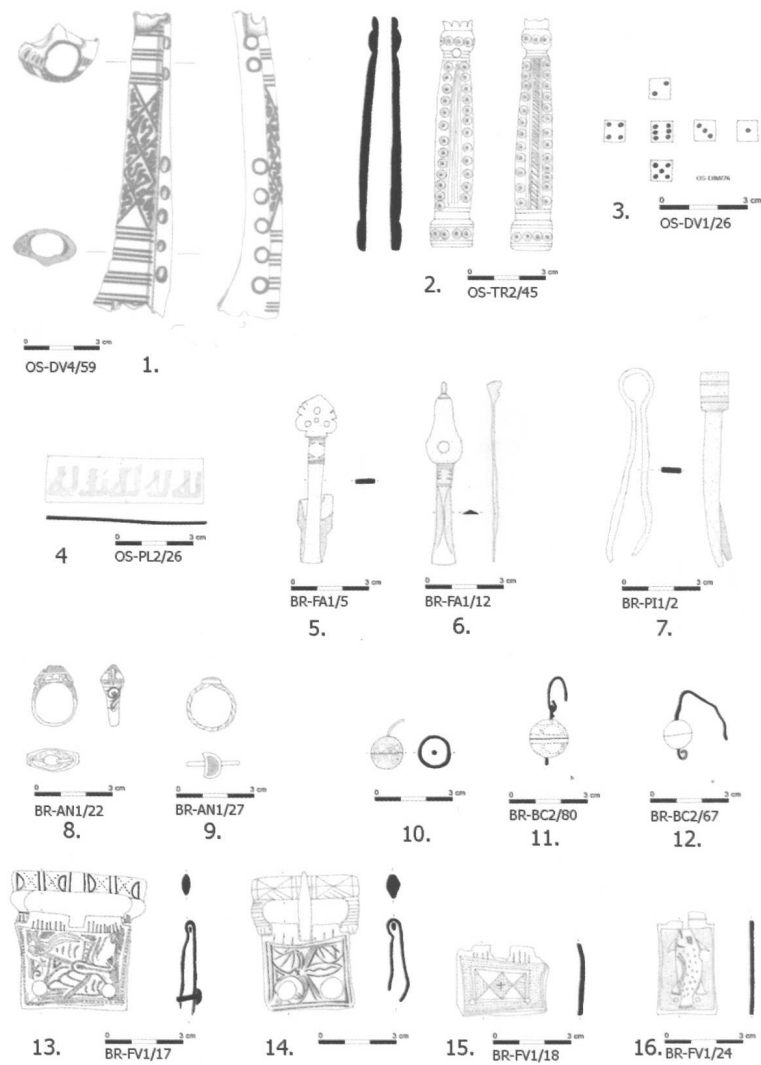


Fig. 7. Objectos lúdicos, de uso pessoal e adorno. 1. OS-DV4/59 – Instrumento musical de osso (séc. XI-XII). 2. OS-TR2/45 – Instrumento musical de osso (séc. XI-XII). 3. OS-DV1/26 – Dado de osso (séc. XI-XII). 4. OS-PL2/26 – Placa de osso com inscrição (séc. XII-XIII). 5. BR-FA1/5 – Adorno de arqueta de bronze (séc. XII-XIII). 6. BR-FA1/12 – Adorno de arqueta de bronze (séc. XII-XIII). 7. BR-PI1/2 – Pinça de bronze (séc. XII-XIII). 8. BR-AN1/22 – Anel de ouro com inscrição (séc. XII-XIII). 9. BR-AN1/27 – Anel de prata (séc. XII-XIII). 10. Brinco de ouro (séc. XII). 11. BR-BC2/80 – Brinco de bronze (séc. XII-XIII). 12. BR-BC2/67 – Brinco de bronze prateado (séc. XII-XIII). 13. BR-FV1/17 – Fivela de bronze com decoração zoomórfica (séc. XII-XIII). 14. Fivela de bronze com decoração geométrica (séc. XII-XIII). 15. BR-FV1/18 – Fivela de bronze com decoração geométrica (séc. XII-XIII). 16. BR-FV1/24 – Fivela de bronze com decoração zoomórfica (séc. XII-XIII).

## BIBLIOGRAFIA

## FONTES ÁRABES

IBN AL-AWWĀM (1802): *Libro de agricultura* (trad. J. A. BANQUERI), Madrid.

IBN AL-ĪMĀM (1900): "Des droits et obligations entre propriétaires d'héritages voisins", *Revue algérienne et tunisienne de législation et de jurisprudence*, XVI, pp. 9-15, 17-23, 42-56, 93-104 e 113-144.

AL-NUWAYRĪ (1918): "Historia de España y África (trad. G. REMIRO MARIANO)", *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, VIII (1-4), pp. 1-64, 85-220 e 263-309.

AL-QAYRAWĀNĪ (1914): *Risala ou traité abrégé de droit malékite et morale musulmane* (trad., coment. e índices E. FAGNAN), Paris.

## ESTUDOS

ACIÉN ALMANSA, M. (2001): "La formación del tejido urbano en al-Andalus", in J. PASSINI (ed.), *La casa medieval: de la casa al tejido urbano*, Cuenca, pp. 11-32.

ARIÉ, R. (1960): "Traduction annotée et commentée des traités de *hisba* d'Ibn 'Abd al-Rauf et de 'Umar al-Garsifi", *Hespéris-Tamuda*, I, pp. 5-38, 199-214 e 349-386.

BAZZANA, A. (1992): *Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*, Madrid, 2 vols.

BERNABÉ GUILLAMÓN, M., DOMINGO LÓPEZ, J. (1993): *El palacio islámico de la Calle Fuensanta*, Murcia.

CATARINO, H. (1997-98): *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica - povoamento rural e recintos fortificados*, *Al-Ulya*, 6 [Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé], 3 vols.

GARCÍA GÓMEZ, E., LÉVI-PROVENÇAL, É. (1981): *Sevilla a comienzos del siglo XII - El tratado de Ibn 'Abdūn*, Sevilla.

GOITEIN, Sh. D. (1983): *A mediterranean society*, Berkeley.

GOMES, R. Varela, GOMES, M. Varela (2001): *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2001): "A cerâmica islâmica de Mértola", *Museu de Mértola - Arte Islâmica*, Mértola, pp. 63-69 e 107-167.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2006): *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio* [Recurso electrónico], Madrid. [http://cisne.sim.ucm.es/search\\*spi~S7/a?SEARCH=G%F3mez+Mar%t%EDnez%2C+Susana](http://cisne.sim.ucm.es/search*spi~S7/a?SEARCH=G%F3mez+Mar%t%EDnez%2C+Susana).

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987): *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa [5ª ed.].

MAZZOLI-GUINTARD, Ch. (1996): *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII-XV siècles)*, Rennes.

NAVARRO PALAZÓN, J., ROBLES FERNÁNDEZ, A. (1996): *Lietor. Formas de vida rurales en Šarq al-Andalus a través de una ocultación de los siglos X-XI*, Murcia.

RAFAEL, L. (1999): "Estudo do armamento islâmico procedente da escavação na Encosta do Castelo e na Alcáçova de Mértola", *Arqueologia Medieval*, 6, pp. 123-132.

ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978): *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.

SILVA, L. (1992): "O cadinho de ourives de prata do silo nº 5 de Mértola - proposta de análise", *Arqueologia Medieval*, 1, p. 35-38.

## Notas

1 GARCÍA GÓMEZ, LÉVI-PROVENÇAL 1981, pp. 119-120.

2 ARIÉ 1960, pp. 360-363.

3 GARCÍA GÓMEZ, LÉVI-PROVENÇAL 1981, p. 120.

4 ARIÉ 1960, p. 361.

5 ID., p. 368.

6 GARCÍA GÓMEZ, LÉVI-PROVENÇAL 1981, p. 149.

7 GOITEIN 1983, pp. 142-143.

8 BAZZANA 1992, p. 192.

9 ID., p. 384.

10 ID., p. 119.

11 ID., pp. 28-29.

12 ID., p. 192.

13 MAZZOLI-GUINTARD 1996, p. 137.

14 ACIÉN ALMANSA 2001, p. 17.

15 IBN AL-ĪMĀM 1900, pp. 55-56 e 93-97; AL-QAYRAWĀNĪ 1914, p. 208.

16 BERNABÉ GUILLAMÓN, DOMINGO LÓPEZ 1993, p. 11.

17 GÓMEZ MARTÍNEZ 2001, p. 109; nº 1 e 131; nº 41; GÓMEZ MARTÍNEZ 2006, pp. 605, 639.

18 BAZZANA 1992, p. 92.

19 AL-NUWAYRĪ 1918: p. 15.

20 IBN AL-AWWĀM, 1802, p. 389.

21 MARQUES 1987, p. 65.

22 ROSSELLÓ BORDOY 1978.

23 NAVARRO PALAZÓN, ROBLES FERNÁNDEZ 1996.

24 GÓMEZ MARTÍNEZ 2006, pp. 288-294 fig. 29.

25 ID., pp. 304-311, fig. 33.

26 ID., pp. 311-312, fig. 33.

27 ID., pp. 314-326, fig. 37 e 39.

28 ID., pp. 326-331, fig. 41.

29 ID., pp. 348-427.

30 ID., pp. 335-340.

31 ID., pp. 331-335 e 441-443.

32 ID., pp. 447-448.

33 SILVA 1992.

34 GÓMEZ MARTÍNEZ 2006, pp. 433-436.

35 ID., pp. 439-440.

36 RAFAEL 1999.

37 GOMES, GOMES 2001, p. 52.

38 CANTARINO 1997-98, vol. 1 pp. 381-382, vol. 2 p. 810, vol. 3 p. 1126.